



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA-BA
PODER LEGISLATIVO
C.N.P.J. nº 13.222.534/0001-04



Processo: 26513e25 - Doc: 2 - Documento Assinado Digitalmente por: PEDRO CALDEIRA RAMOS - 30/06/2025 17:10:26
Acesse em: <https://eicm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: a8669968-39c2-4a82-912a-6d7a539e2eab

CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº 023/2025

Contrato Administrativo, que entre si celebram, a Câmara Municipal de Barra, e a empresa **LUIGI MILHOMENS GONCALVES DA SILVA - ME**, na forma e pelo prazo que especifica por força e observância ao que consta no Processo Administrativo nº 028/2025, Dispensa de Licitação nº 022/2025, que deu origem ao presente contrato.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA - BA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita junto ao CNPJ/MF nº 13.222.534/0001-04, situada na Rua dos Marianis, nº 1836, Centro, neste município, aqui representado por seu Presidente Municipal, o Sr. **Pedro Caldeira Ramos**, portador do CPF sob o Nº 570.058.935-49, e da Carteira de Identidade RG nº. 05.040.455-55 SSP/BA, doravante denominado **CONTRATANTE** e do outro lado à empresa **LUIGI MILHOMENS GONCALVES DA SILVA - ME**, inscrita no CNPJ nº 23.679.024/0001-14, com sede na Avenida Rui Barbosa, s/n – Ponto – Papagaio – Barra - Bahia, aqui representado pelo seu Representante Legal, o senhor **Luigi Milhomens Gonçalves da Silva**, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 058.951.025-81, residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 152 – Alto da Santa Cruz – Barra - Bahia, de agora em diante denominada **CONTRATADA**, com base nas disposições da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, mediante as cláusulas e condições seguintes.

As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato Administrativo, considerando os expedientes constantes do Processo Administrativo nº. 028/2025 e Dispensa de Licitação nº 022/2025, no qual se justifica a Dispensa de procedimento licitatório, com fulcro no Artigo 75, Inciso II, da Lei Federal nº. 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, atualizado pelo Decreto Federal Nº 12.343/2024, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente contrato, a **Contratação de empresa para a prestação de serviços quando necessário de forma parcelada na manutenção preventiva e corretiva de computadores e notebooks (formatação, instalação de hardware e software, limpeza e configuração; restauração de sistema operacional; atualização de drives, troca de hardware em computadores e notebooks)**, objetivando atender as demandas da Câmara Municipal de Barra, estado da Bahia, conforme demais especificações e quantitativos constantes no TR – Termo de Referência.

1.2. A Proposta de Preços apresentada pela contratada e o Presente Termo de Referência são partes integrantes deste Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1. Os Serviços deverão ser prestados após a Assinatura do Contrato Administrativo, e conforme todas as especificações constantes no TR – Termo de Referência.

2.2. A Execução será de acordo as orientações da Câmara Municipal de Barra, e tudo em conformidade aos serviços apresentados na Proposta de Preços.

2.3. A Contratada é o responsável exclusivo, cível e criminalmente, por eventuais danos que venha a causar ao Legislativo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA-BA

PODER LEGISLATIVO

C.N.P.J. nº 13.222.534/0001-04



Processo: 26513e25 - Doc. 2 - Documento Assinado Digitalmente por: PEDRO CALDEIRA RAMOS - 30/06/2025 17:10:26
Acesse em: <https://e-icm.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a8669968-39c2-4a82-912a-6d7a539e2eab

2.4. Da Descrição detalhada dos serviços:

1. *Formatação completa de computadores e notebooks*

- Backup de arquivos (mediante autorização da contratante);
- Apagamento seguro do sistema antigo;
- Reinstalação do sistema operacional (Windows ou Linux, conforme equipamento);
- Instalação de drivers compatíveis com o hardware;
- Instalação de softwares básicos (pacote Office, antivírus gratuito, navegador, leitor de PDF, etc.).

2. *Instalação de softwares e drivers*

- Instalação de softwares fornecidos ou autorizados pela contratante;
- Instalação de drivers atualizados para funcionamento de áudio, vídeo, rede, etc.;
- Testes de funcionamento pós-instalação.

3. *Substituição e instalação de peças (hardware)*

- Diagnóstico da peça defeituosa (HD, SSD, memória RAM, fonte, teclado, touchpad, entre outros);
- Remoção segura da peça danificada;
- Instalação e configuração da nova peça (a ser fornecida pela contratante ou contratada, conforme contrato);
- Testes de funcionamento.

4. *Limpeza física e preventiva*

- Limpeza interna de gabinete (retirada de poeira com pincel, aspirador e/ou ar comprimido);
- Limpeza de ventoinhas, coolers e dissipadores;
- Substituição da pasta térmica, quando necessário;
- Verificação de cabos e conexões internas;
- Limpeza externa básica dos equipamentos.

5. *Diagnóstico e correção de falhas de hardware*

- Identificação de componentes com mau funcionamento;
- Testes com ferramentas apropriadas (memtest, HDTune, etc.);
- Reparos de pequenas falhas ou substituição de peças (conforme item 3);
- Emissão de relatório técnico, quando solicitado.

6. *Restauração e atualização do sistema operacional*

- Restauração de ponto de backup (quando disponível);
- Reparo da inicialização do sistema (boot);
- Correção de erros críticos no Windows ou Linux;
- Atualização para versão estável mais recente do sistema (com autorização da contratante).

7. *Remoção de vírus e limpeza de sistema*

- Varredura completa com softwares antivírus e anti-malware;
- Remoção de softwares indesejados, extensões maliciosas de navegadores, etc.;
- Limpeza de arquivos temporários e desnecessários;
- Otimização do desempenho do sistema.

8. *Atualização de BIOS e firmware*

- Verificação da versão atual da BIOS;
- Realização de backup da BIOS atual;
- Atualização para versão mais recente, quando recomendado pelo fabricante;
- Testes pós-atualização.

9. *Suporte técnico presencial*

- Atendimento presencial na sede da Câmara para identificação e correção de problemas técnicos diversos;



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA-BA
PODER LEGISLATIVO
C.N.P.J. nº 13.222.534/0001-04



Processo: 26513e25 - Doc: 2 - Documento Assinado Digitalmente por: PEDRO CALDEIRA RAMOS - 30/06/2025 17:10:26
Acesse em: <https://eicm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: a8669968-39c2-4a82-912a-6d7a539e2eab

- Acompanhamento de funcionamento de redes locais, impressoras conectadas e compartilhamento de arquivos;
- Orientações básicas aos servidores públicos quanto ao uso adequado dos equipamentos;
- Tempo de atendimento baseado em hora técnica, com controle por ordem de serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1. O Valor Total do Contrato será de **R\$: 21.600,00 (Vinte e um mil e seiscentos reais)** a ser pago de forma parcelada conforme a execução dos serviços prestados e tabela abaixo.

LOTE 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Qtde Estimada Anual.	Und.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
01	Serviços de Manutenção Preventiva (com limpeza e correções simples).	80	Serviço por Demanda	110,00	8.800,00
02	Serviços de Manutenção Corretiva (limpeza com formatação, reinstalação de softwares, restauração de sistema operacional, atualização de drivers e substituição de componentes de hardware).	80	Serviço por Demanda	160,00	12.800,00

§ 2º - Nos preços ofertados já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do Mês subsequente, a partir da entrega da nota fiscal/fatura, especificando o objeto do contrato, com as respectivas quantidades, devidamente certificado pelo fiscal do instrumento, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos válidas na data da Nota Fiscal. Caso a contratada não apresente as certidões negativas de débitos válidas junto a Nota Fiscal, a contratante não reterá o pagamento, porém estará sujeita a aplicar sanções à contratada por estar deixando de cumprir os requisitos de habilitação da Presente Dispensa de Licitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de irregularidade(s) na execução, o prazo de pagamento será contado a partir da correspondente regularização.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

4.1. O prazo de vigência do contrato será **até 31/12/2025, ou até a execução total, o que primeiro ocorrer, a contar da data de sua assinatura.**

4.2. Este prazo poderá ser prorrogado conforme Artigo 107 da Lei Nº 14.133/2021 a critério da unidade administrativa solicitante, mantidos todos os direitos, obrigações e responsabilidades.



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA-BA
PODER LEGISLATIVO
C.N.P.J. nº 13.222.534/0001-04



Processo: 26513e25 - Doc: 2 - Documento Assinado Digitalmente por: PEDRO CALDEIRA RAMOS - 30/06/2025 17:10:26
Acesse em: <https://eicm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: a8669968-39c2-4a82-912a-6d7a539e2eab

A prorrogação essa que deverá ser devidamente justificada e instrumentalizada por Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

5.1. As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária para o exercício financeiro de 2025, conforme a seguir:

ORGÃO: 01.01.01	FONTE	CÂMARA MUNICIPAL
PROJ/ATIV: 2.001	1.500.0000	Gestão das ações do Poder Legislativo
ELEMENTO: 3.3.9.0.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS P. JURÍDICA.	

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES

6.1. O licitante proponente que deixar de cumprir total ou parcialmente as obrigações assumidas, ficará sujeito ainda às seguintes sanções:

- Advertência;
- Multa de até 10% (Dez por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo de perdas e danos e da multa moratória cabíveis;
- Suspensão temporária da participação em licitações e impedimento de contratar com o Legislativo pelo prazo de 12 (doze) meses;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição.
- As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas às empresas que, em outras contratações com a administração pública de qualquer nível federativo, ou com suas entidades paraestatais já tenham sofrido punição.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

7.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua Extinção, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento:

I) no final do prazo estipulado na **Cláusula Quarta**, desde que não tenha ocorrido prorrogação;

II) se alguma das partes der motivo para tal, conforme previsto nos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021;

Parágrafo Primeiro – Extinção Unilateral por parte do CONTRATANTE – Ficarão o presente Contrato Extinto mediante formalização, assegurada à ampla defesa e o contraditório, nos seguintes casos:

- O não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais;
- Lentidão do seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços nos prazos estipulados;
- Paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação à Administração;
- Subcontratação parcial sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;
- Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, assim como a de seus superiores;
- Decretação de falência ou dissolução da Sociedade;



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA-BA
PODER LEGISLATIVO
C.N.P.J. nº 13.222.534/0001-04



Processo: 26513e25 - Doc. 2 - Documento Assinado Digitalmente por: PEDRO CALDEIRA RAMOS - 30/06/2025 17:10:26
Acesse em: <https://e1cm.ba.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: a8669968-39c2-4a82-912a-6d7a539e2eab

- g) Modificação na sociedade, admissão de gerentes, diretores ou administradores ou outras alterações que configurem transgressão às vedações previstas nas legislações e normativos vigentes;

7.2. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 8.1. Cumprir com as Obrigações constantes no TR – Termo de Referência.
- 8.2. Fornecer o objeto nas quantidades e prazos pactuados, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e Proposta de preços;
- 8.3. Colocar à disposição do Legislativo, os meios necessários à comprovação da qualidade dos serviços, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito no Termo de Referência;
- 8.4. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legal, sendo firmado através de Termo Aditivo;
- 8.5. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução do objeto do presente Termo de Referência, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;
- 8.6. A Contratada responsabilizará por todos os danos causados por seus empregados à CONTRATANTE e/ou à terceiros;
- 8.7. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- 8.8. Assumir plena responsabilidade legal, administrativa e técnica pela ordem e qualidade dos Materiais;
- 8.9. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados ao CONTRATANTE, em decorrência da execução do presente CONTRATO, incluindo os danos causados a terceiros, a qualquer título;
- 8.10. Manter durante a vigência contratual informações atualizadas quanto ao endereço, razão social e contatos.
- 8.11. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização pelo CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Obrigações constantes no TR – Termo de Referência.
- 9.2. Prestar todas as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto, que forem solicitadas pela CONTRATADA;
- 9.3. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;
- 9.4. Efetuar o pagamento na forma e condições pactuadas;



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA-BA
PODER LEGISLATIVO
C.N.P.J. nº 13.222.534/0001-04



Processo: 26513e25 - Doc. 2 - Documento Assinado Digitalmente por: PEDRO CALDEIRA RAMOS - 30/06/2025 17:10:26
Acesse em: <https://eicm.ba.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: a8669968-39c2-4a82-912a-6d7a539e2eab

- 9.5. Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- 9.6. Manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado;
- 9.7. Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 9.8. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

- 10.1. O presente contrato poderá ser alterado em conformidade com o disposto na Lei Federal Nº 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO:

- 11.1. A execução do presente contrato será fiscalizada pelo Senhor **Joselito da Silva Landim**, designada pela Portaria Nº 051/2025.
- 11.2. A fiscalização do objeto será exercida pela CONTRATANTE, por meio desta Casa Legislativa, na forma que lhe convier;
- 11.3. A CONTRATADA sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da unidade competente;
- 11.4. Caberá ao servidor designado exercer a fiscalização do presente contrato, e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia encaminhada à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas;
- 11.5. A presença da fiscalização não elide nem diminui a responsabilidade da empresa CONTRATADA;
- 11.6. A fiscalização das especificações para execução dos serviços será exercida por representante legal da CONTRATANTE, neste ato denominado FISCAL DE CONTRATO, devidamente designado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

- 12.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

- 13.1. Será reajustado o contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, adotando-se o IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo;
- 13.2. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da CONTRATADA com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante a formalização do correspondente Termo de Aditamento;
- 13.3. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA-BA
PODER LEGISLATIVO
C.N.P.J. nº 13.222.534/0001-04



Processo: 26513e25 - Doc. 2 - Documento Assinado Digitalmente por: PEDRO CALDEIRA RAMOS - 30/06/2025 17:10:26
Acesse em: <https://eicm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: a8669968-39c2-4a82-912a-6d7a539e2eab

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Serão partes integrantes deste contrato:

- a) Proposta de Preços da CONTRATADA;
- b) Autos do Processo Administrativo nº 028/2025 e Dispensa de Licitação Nº 022/2025.

14.2. Toda e qualquer comunicação, entre as partes, será sempre feita por escrito, devendo as correspondências encaminhadas pela CONTRATADA serem protocoladas, pois só dessa forma produzirão efeito;

14.3. Aos casos não previstos neste instrumento, aplicar-se-ão os dispositivos estabelecidos na Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

15.1. A CONTRATANTE deverá fornecer o objeto contratado de acordo com as presentes cláusulas contratual, especificações e recomendações do Termo de Referência insertos nos autos do Processo Administrativo nº 028/2025, que culminou na Dispensa de Licitação nº 022/2025;

15.2. O regime de execução será empreitada por Preço Global.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº. 14.133/2021 e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente contrato, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Barra – BA, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, nos termos da legislação vigente e específica para isso, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que subscrevem depois de lido e achadas conforme.

Barra – Bahia, 12 de maio de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA
Pedro Caldeira Ramos
Presidente da Câmara Municipal de Barra
Contratante



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA-BA
PODER LEGISLATIVO
C.N.P.J. nº 13.222.534/0001-04



Processo: 26513e25 - Doc. 2 - Documento Assinado Digitalmente por: PEDRO CALDEIRA RAMOS - 30/06/2025 17:10:26
Acesse em: <https://e.ccm.ba.gov.br/app/validaDoc.seam> Código do documento: a8669968-39c2-4a82-912a-6d7a539e2eab

Luigi Milhomens Gonçalves da Silva
LUIGI MILHOMENS GONÇALVES DA SILVA - ME
Luigi Milhomens Gonçalves da Silva
CPF: 058.951.025-81
Representante Legal
Contratada

TESTEMUNHAS:

Deise Barbosa Lima
Nome:
CPF: 07484263532

Denise de S. Santos
Nome:
CPF: 07450929528